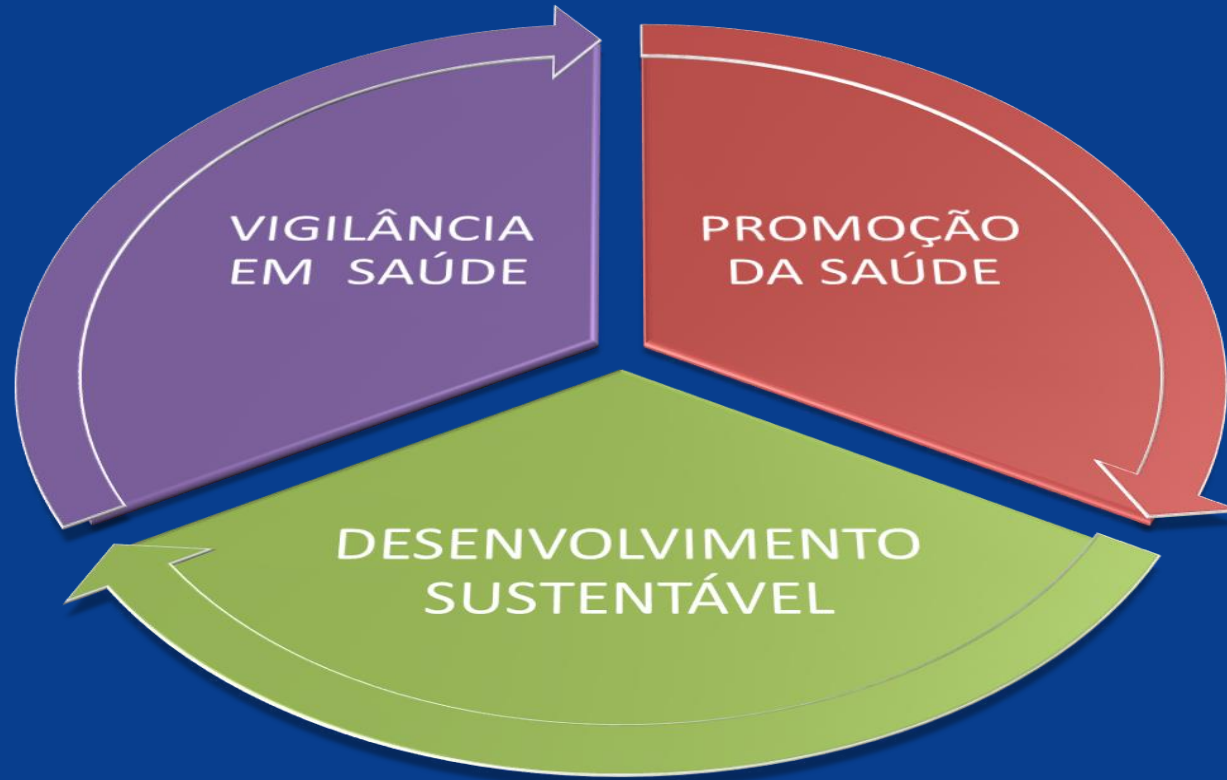


Gestão de Políticas Públicas Intersectoriais: uma análise do arranjo institucional da Política Nacional de Promoção da Saúde - PNPS



Contextualização Histórica

1950 - 60

Desenvolvimento Industrial;
Urbanização; Acumulação de Capital
Conceito de Cidadania

Aumento das Epidemias
Medicina preventiva
Tríade Ecológica

70 - 80

Desigualdades Sociais
Instituição das Políticas Sociais
Alimentação, Saúde, Educação
Habitação

Informe Lalonde
Determinantes Sociais
Saúde para todos
até o ano 2000

Carta de Ottawa e
Adelaide
Equidade sanitária
Intersetorialidade

Movimento da Reforma Sanitária

AIS; CIS, CIMS
SUDS

VIII CNS
SUS

90-00

CF - E, S, Tr, Prv, AS, Seg,
Mart e inf
Estabilização Econômica
Rede de proteção social
Neoliberalismo

Ambientalismo
Responsabilidade social
Transformação
Produtiva com
Equidade

PNPS

2015

Expansão das políticas
sociais e mecanismos de
participação

Tecnologia da
Informação
Globalização
Saúde em todas as
políticas
Desenvolvimento
sustentável

Legenda

- Políticas Sociais
- Promoção da Saúde
- Institucionalização

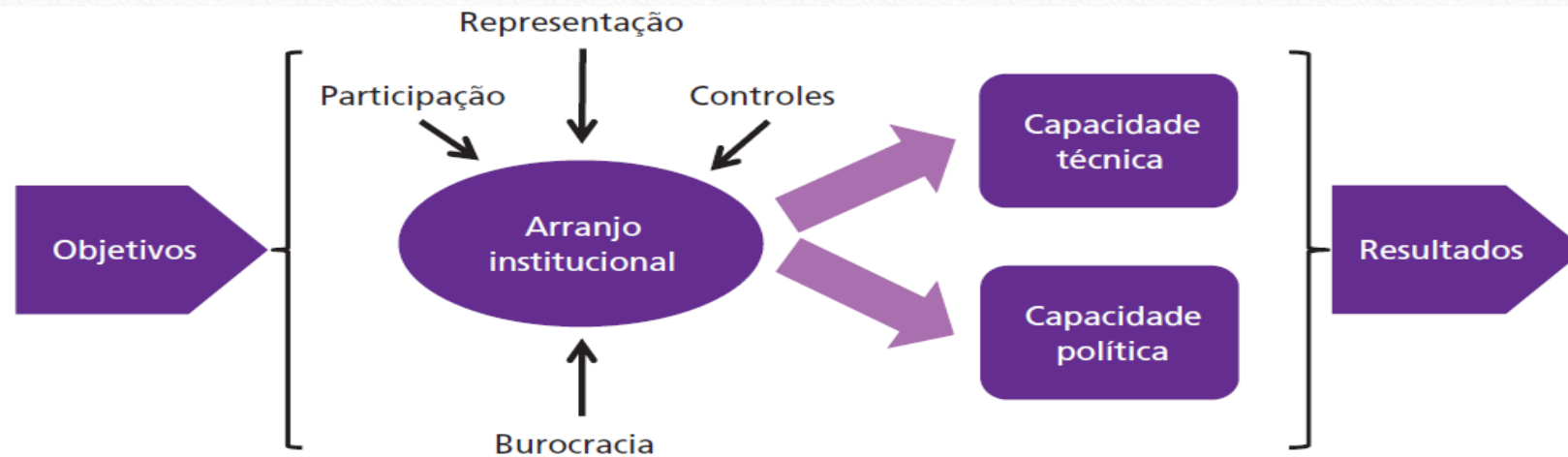
Referencial Teórico

- Gestão intersetorial;
- redefinição conceitual e operativa das políticas públicas, que passam a exigir a integralidade na formulação e a transversalidade como lógica de implementação (Gomà, 2003)
 - Dimensão Substantiva – exigência de integralidade na concepção do problema, que advém de uma visão multidimensional – **Aspectos Dialógicos e Colaborativos**;
 - Dimensão Organizacional – exigência de novas dinâmicas de organização e participação nos processos de governo na lógica da transversalidade – **Aspectos Organizacionais e Cooperativos**.

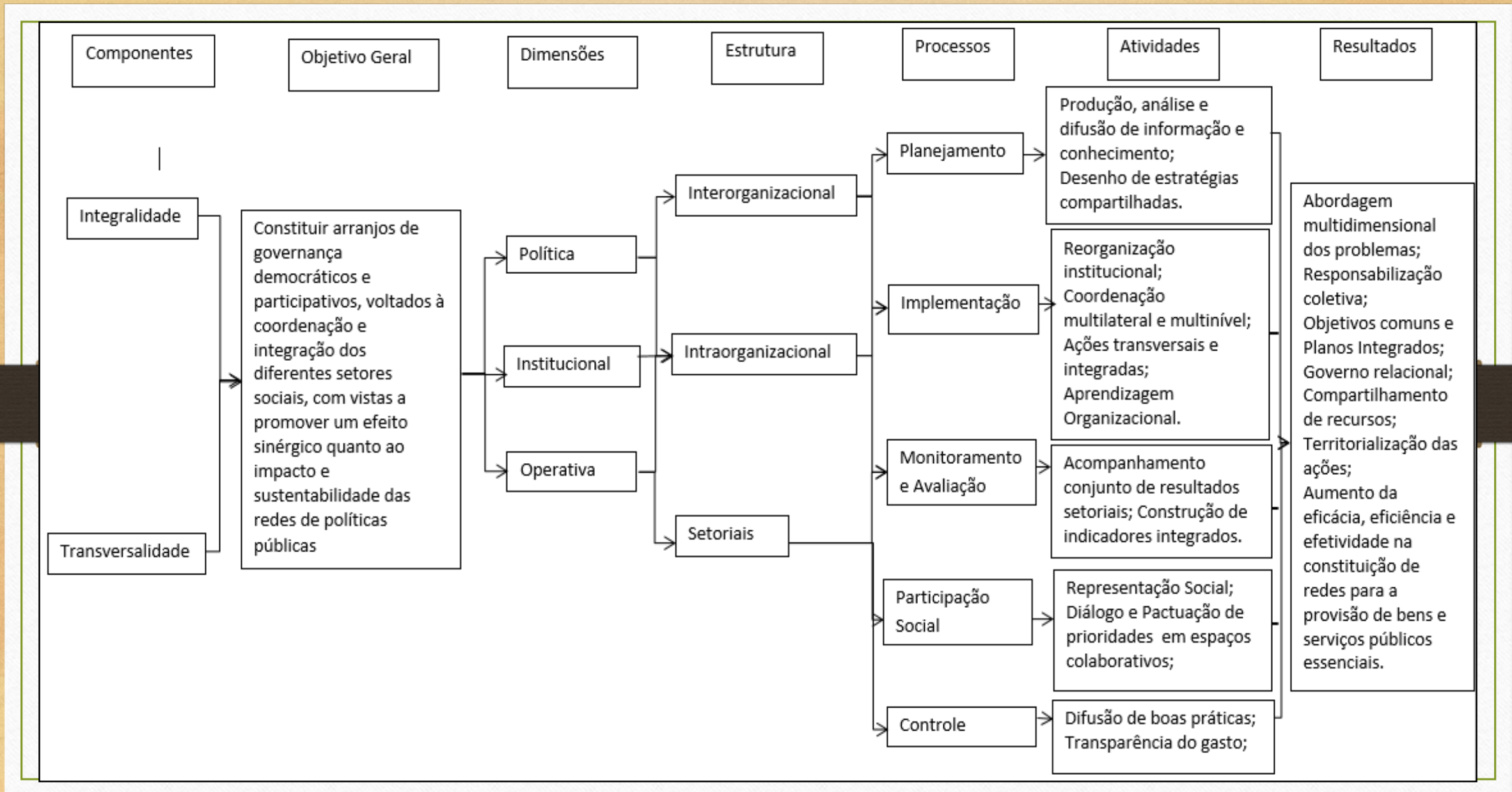
Referencial Teórico

- Arranjos Institucionais (Gomide e Pires, IPEA 2014):

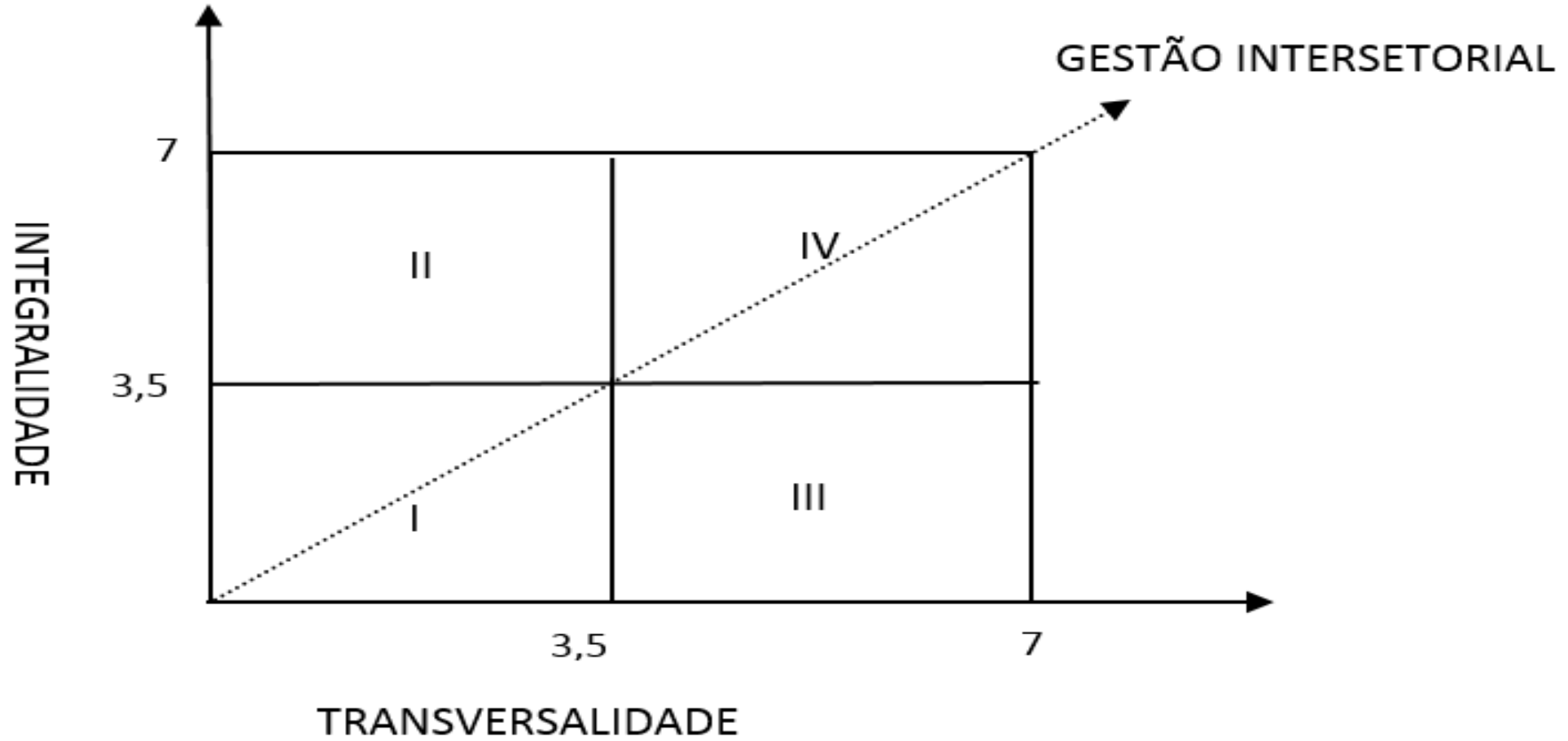
É entendido como *o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica.*



ETAPA 1 - Esquema analítico de arranjos de gestão intersetorial



Gráfico



Avaliação dos Arranjos Institucionais

- Proposta de classificação dos arranjos;
 - I – GESTÃO INTERSETORIAL RESTRITA ou NORMATIVA;
 - II – GESTÃO INTERSETORIAL AMPLIADA ou POLÍTICA;
 - III – GESTÃO INTERSETORIAL COORDENADA ou ORGANIZACIONAL;
 - IV – GESTÃO INTERSETORIAL PLENA ou OPERATIVA.

Estudo de Caso PNPS

- Análise do Aparato Normativo – Portaria MS/GM nº687/2006 e nº 2.446/2014 e documentos instrutivos
- Análise dos Planos Estratégicos e Relatórios de Gestão 2012_2015
- Institucionalização, implementação e qualificação da PNPS

PNPS

- Política transversal, integrada e intersetorial que fizesse dialogar as diversas áreas do setor sanitário, os demais setores do Governo, os setores privados e não-governamental e a sociedade, compondo redes de compromisso e corresponsabilidade quanto à qualidade de vida da população, de forma que todos fossem partícipes no cuidado com a saúde (BRASIL, 2009b).

Ações Intersectoriais

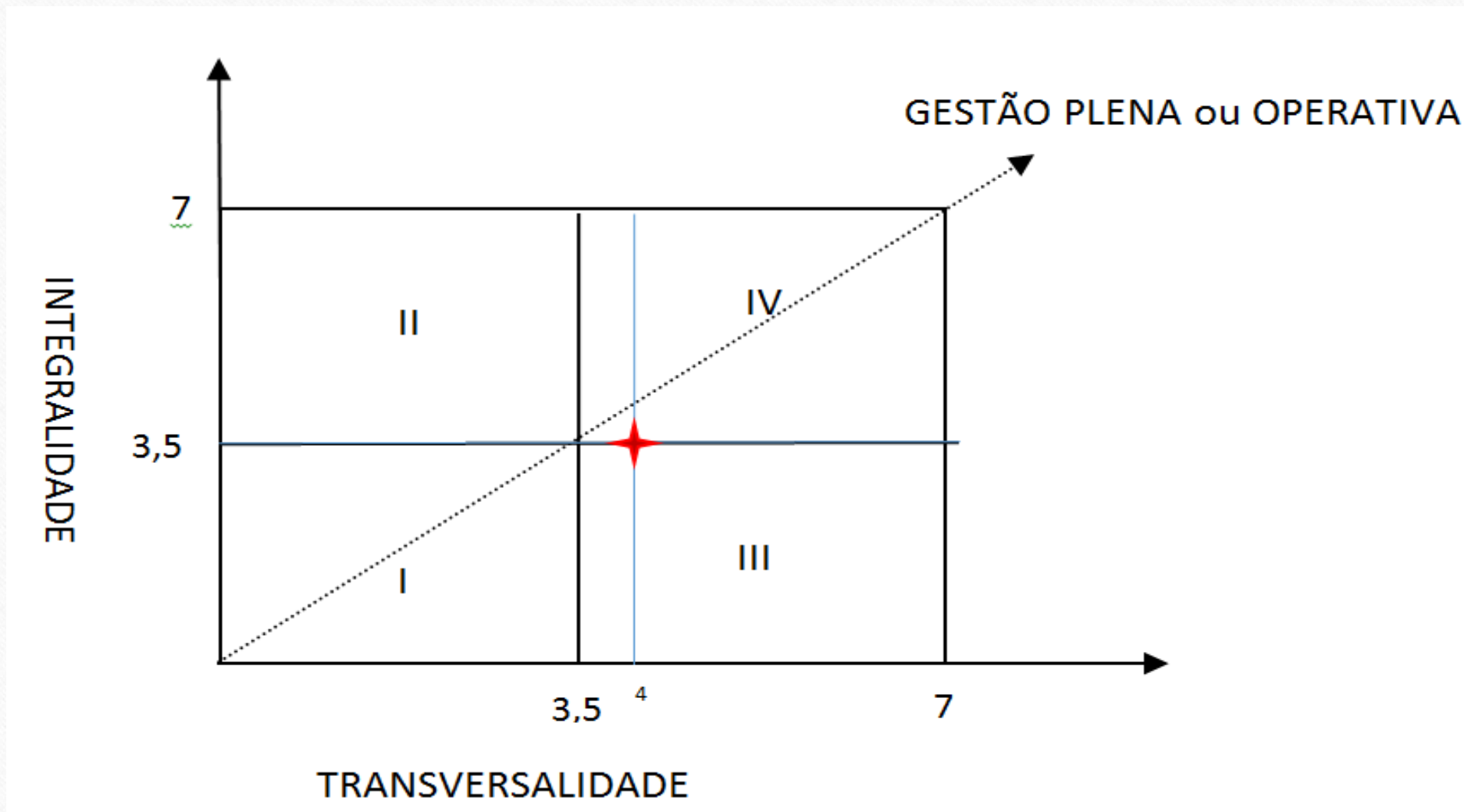
- Plano de Ação para o Enfretamento da Violência Contra a Pessoa Idosa (2005); Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2006); Lei Maria da Penha (2006), Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009); Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT (2008), Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004); Plano de Enfrentamento das DCNT's (2011-22); Política Nacional de Controle do Tabaco, Projeto Vida no Trânsito; PSE; Programa Academia da Saúde; Política de Saúde Integral das populações dos campos, das águas e das florestas (2013); Política de Saúde dos Povos Indígenas (99); PNAN (99-2011)

Governança

- Programa de Acompanhamento e avaliação de resultados (E-car)
- Colegiado Executivo e Ampliado
- GT- VS – avaliação dos processos de descentralização (MS, ANVISA, CONASS e CONASEMS) - CIT
- CTA – assessoria técnica e científica
 - CEAM – SNVS
 - + 50 Instâncias Intersetoriais e

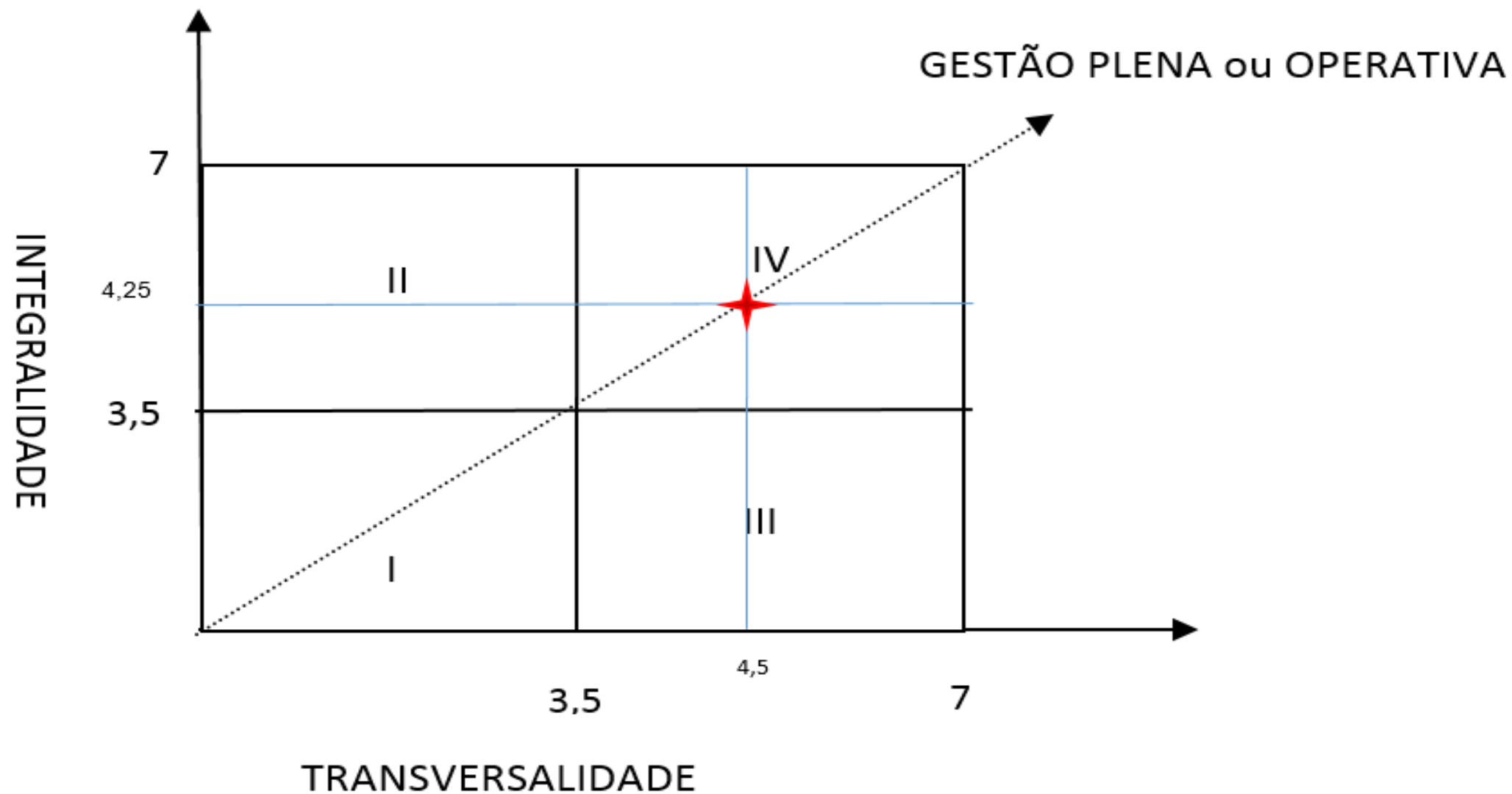
Portaria MS nº687/2006

Componentes	Aspectos dialógicos e colaborativos	Baixa	Média	Alta
Integralidade	1 Princípios voltados à análise de determinantes e condicionantes sociais de forma ampliada e multidimensional;			1
	2 Mobilização de setores governamentais, organizações de usuários e redes de serviços dos diferentes atores sociais e grupos de interesses;	0,25		
	3 Parâmetros de representatividade, participação e controle social;	0,25		
	4 Critérios voltados à organização territorial e/ou por temática, e não setoriais de intervenção de atendimento;			1
	5 Agenda e fluxos sistemáticos de diálogo e comunicação entre os atores, visando ao monitoramento participativo e ao controle democrático como subsídios à tomada de decisão e à construção das estratégias de intervenção.	0,25		
	6 Interação e publicização de informações entre os setores sociais e níveis de governo;	0,25		
	7 Apoio à produção colaborativa e compartilhamento de saberes e conhecimentos para os diferentes atores na perspectiva de educação continuada.		0,5	
	Aspectos organizacionais e cooperativos			
Transversalidade	1 Diretrizes normativas de articulação e perspectiva de planejamento entre os setores governamentais e atores sociais (atuação multilateral);			1
	2 Instâncias transversais de consenso e pactuação interinstitucionais (Arranjos de Governança, Comitês, Câmaras, Grupos Gestores);	0,25		
	3 Descentralização dos processos e atividades entre os diferentes níveis de governo (atuação multinível);			1
	4 Atribuição de competências intersetoriais e implicação dos setores sociais e redes de serviços;		0,5	
	5 Institucionalização de espaços de coordenação intrasetorial (Estruturas de coordenação e/ou equipe intersetoriais permanentes, grupos técnicos de trabalho – Organograma formal e informal);			1
	6 Constituição e/ou acionamento de conselhos representativos e democráticos de políticas públicas;	0,25		
	7 Desenvolvimento de inovações e práticas para a integração de indicadores gerenciais, recursos econômicos e financeiros (Termos e Acordos de Cooperação, Convênios e outras parcerias).		0,5	



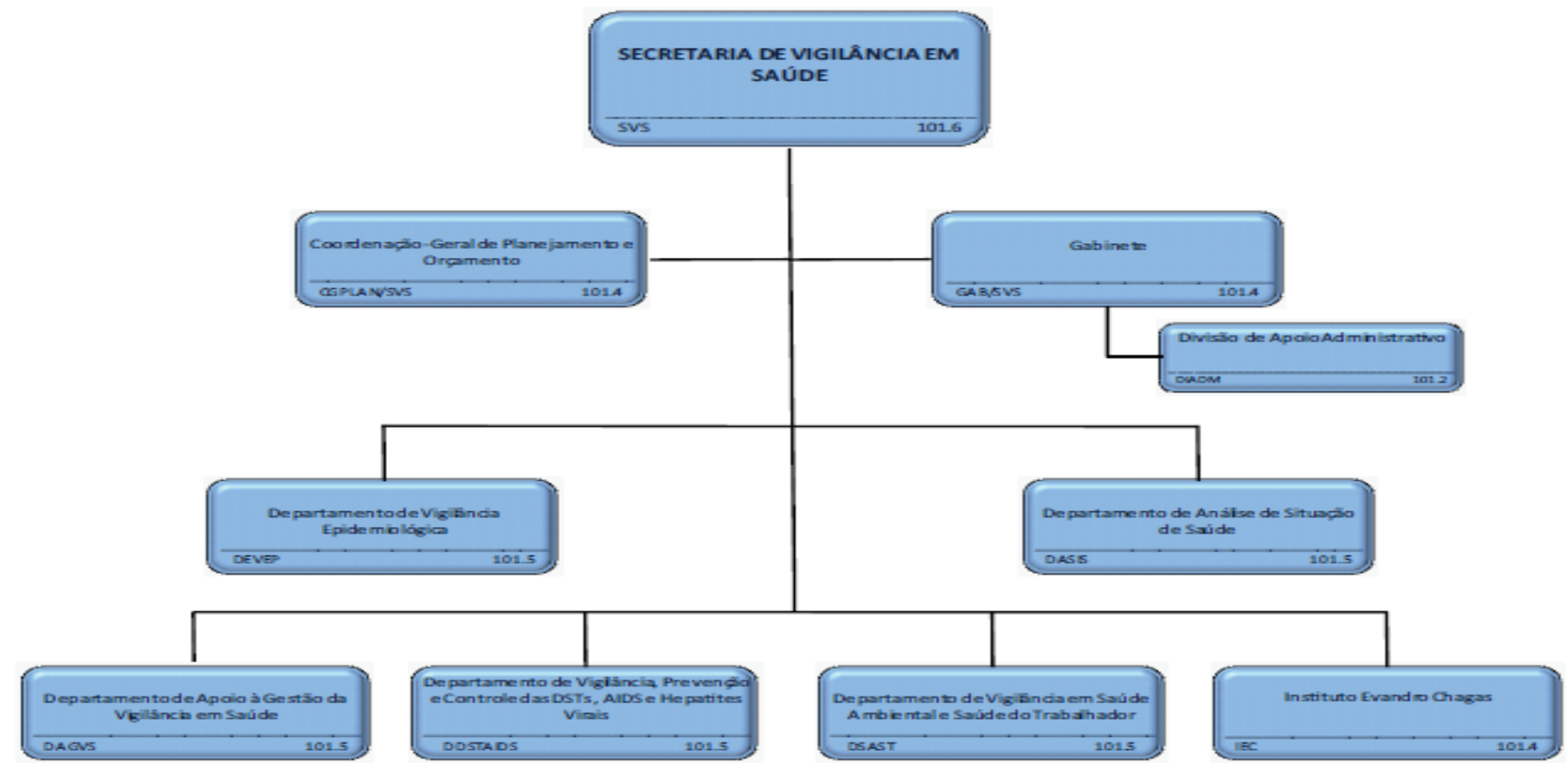
Portaria MS nº2.446/2014

Componentes	Aspectos dialógicos e colaborativos	Baixa	Média	Alta
Integralidade	1 Princípios voltados à análise de determinantes e condicionantes sociais de forma ampliada e multidimensional;			1
	2 Mobilização de setores governamentais, organizações de usuários e redes de serviços dos diferentes atores sociais e grupos de interesses;	0,25		
	3 Parâmetros de representatividade, participação e controle social;		0,5	
	4 Critérios voltados à organização territorial e/ou por temática, e não setoriais de intervenção de atendimento;			1
	5 Agenda e fluxos sistemáticos de diálogo e comunicação entre os atores, visando ao monitoramento participativo e ao controle democrático como subsídios à tomada de decisão e à construção das estratégias de intervenção.		0,5	
	6 Interação e publicização de informações entre os setores sociais e níveis de governo;		0,5	
	7 Apoio à produção colaborativa e compartilhamento de saberes e conhecimentos para os diferentes atores na perspectiva de educação continuada.		0,5	
	Aspectos organizacionais e cooperativos			
Transversalidade	1 Diretrizes normativas de articulação e perspectiva de planejamento entre os setores governamentais e atores sociais (atuação multilateral);			1
	2 Instâncias transversais de consenso e pactuação interinstitucionais (Arranjos de Governança, Comitês, Câmaras, Grupos Gestores);	0,25		
	3 Descentralização dos processos e atividades entre os diferentes níveis de governo (atuação multinível);			1
	4 Atribuição de competências intersetoriais e implicação dos setores sociais e redes de serviços;		0,5	
	5 Institucionalização de espaços de coordenação intrasetorial (Estruturas de coordenação e/ou equipe intersetoriais permanentes, grupos técnicos de trabalho – Organograma formal e informal);			1
	6 Constituição e/ou acionamento de conselhos representativos e democráticos de políticas públicas;	0,25		
	7 Desenvolvimento de inovações e práticas para a integração de indicadores gerenciais, recursos econômicos e financeiros (Termos e Acordos de Cooperação, Convênios e outras parcerias).		0,5	

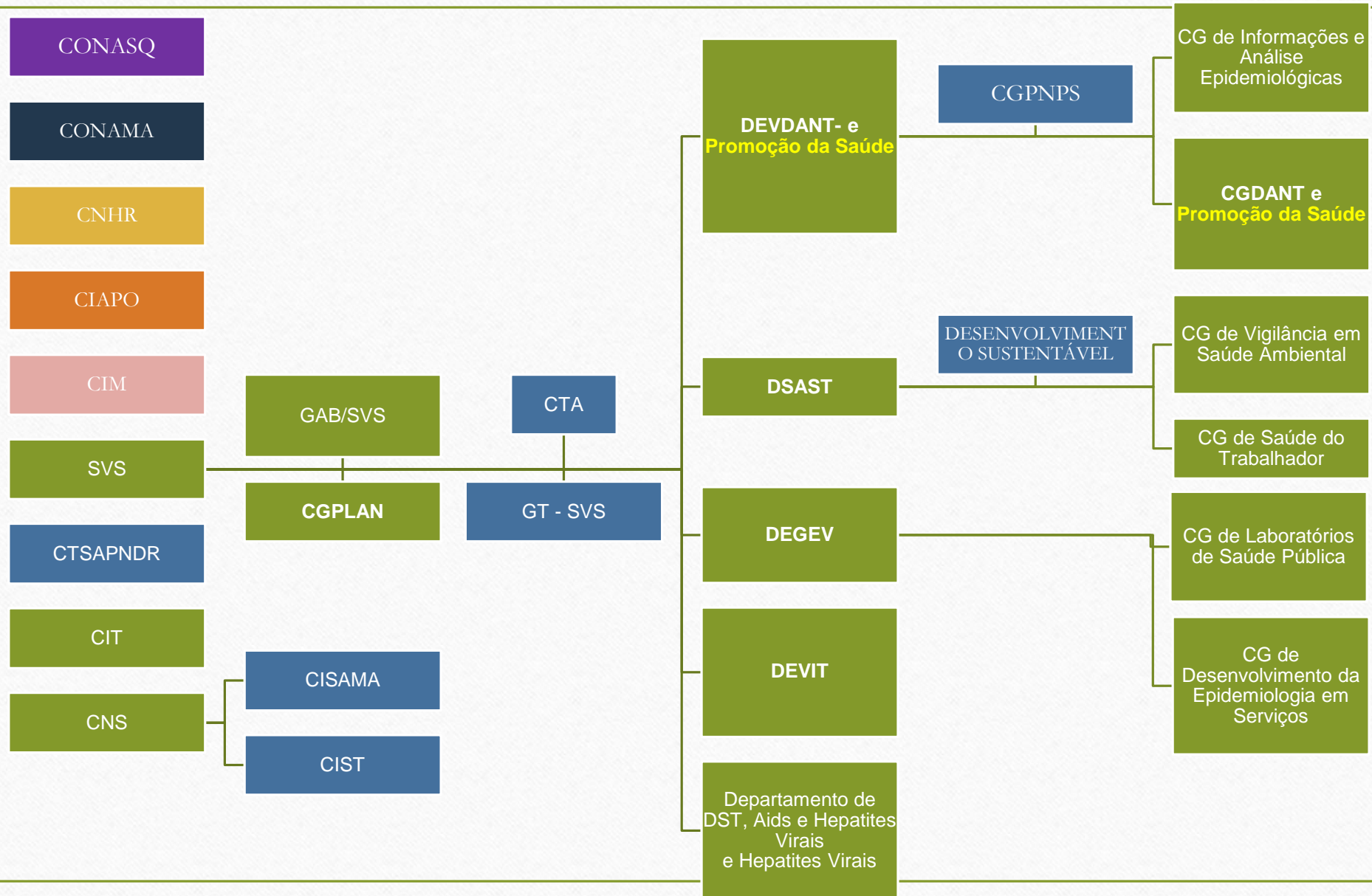


Da Secretaria de Vigilância em Saúde

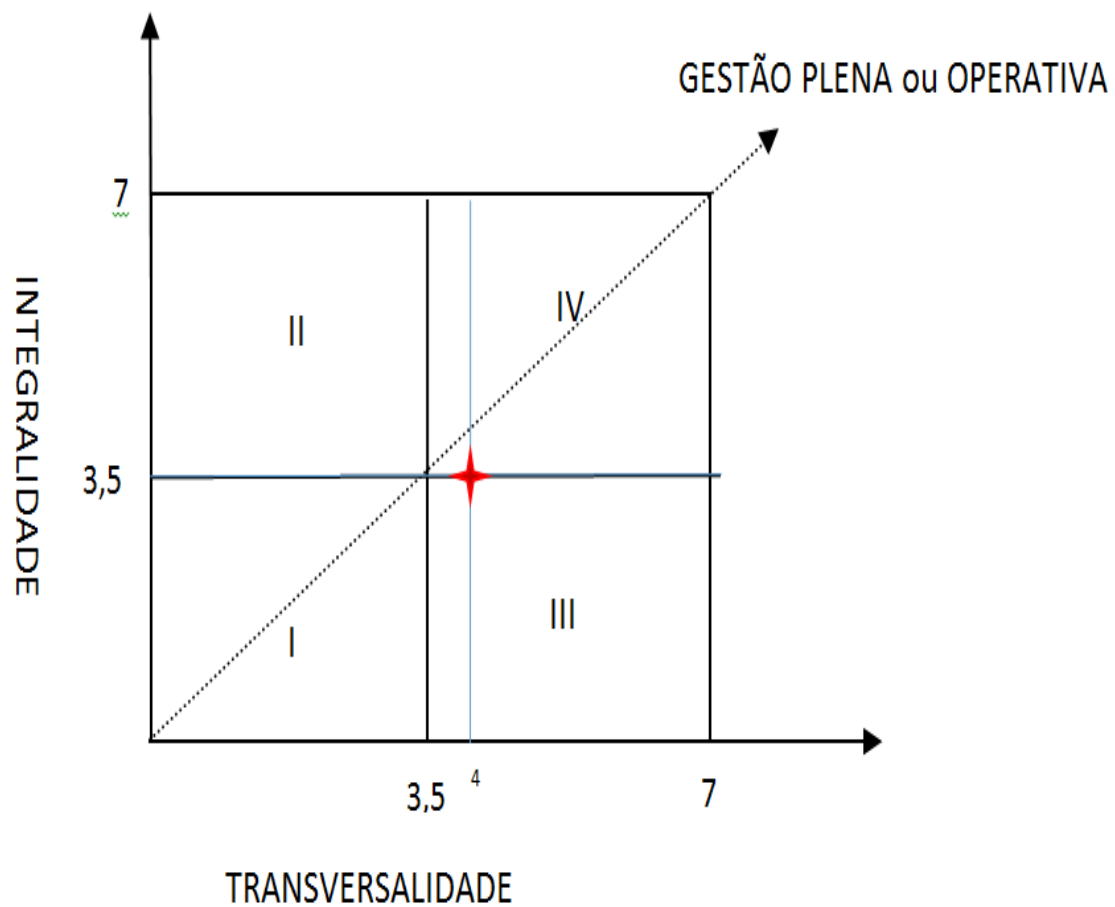
Organograma Básico



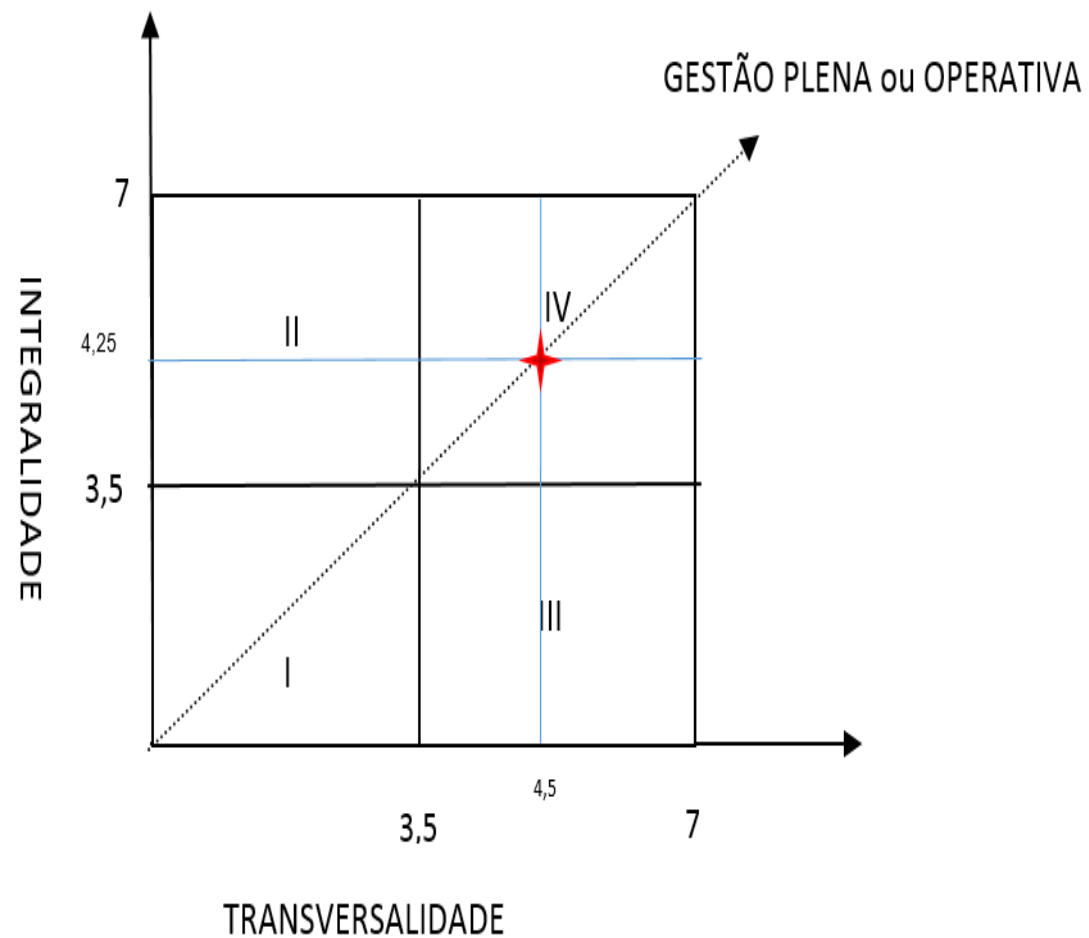
Visão do Arranjo Institucional 2014



Portaria MS nº687/2006



Portaria MS nº 2.446/2014



Considerações Finais

- Foco na articulação intrasetorial e multinível
- Direcionamento para dimensão comportamental em detrimento da dimensão social
- Revisão da estrutura institucional e ampliação dos canais de participação;
- Melhor articulação e coordenação das Políticas Intersetoriais do Setor Saúde;
- Funcionamento efetivo dos comitês e instâncias intersetoriais;
- Agendas Transversais x Ações isolada de políticas específicas;
- Análise do perfil e qualificação dos gestores;
- Governabilidade dos representantes
- Autonomia dos Estados

Bibliografia

- ACKERKNECHT, E. H. Anticontagionism between 1821 and 1867. *Bulletin of the History of Medicine*, 22, p. 562, 1948. *Curso de extensão em promoção da saúde para gestores do SUS com enfoque no programa academia da saúde / organização Cristiane Scolari Gosch ... [et al.] ; autores Alex Branco Fraga ... [et al.]*. – Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde: Fundação Universidade de Brasília, CEAD, 2013. 144 p.
- ANDRADE, L. O. M.; BARRETO, I. C. D. E. A Promoção da Saúde e o movimento de Cidades/Municípios Saudáveis: proposta de articulação entre saúde e ambiente. In: MINAYO M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Org.). *Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro Abrasco e Ed. Fiocruz, p. 151-198, 2002.
- ANDRADE, L.O.M. *A saúde e o dilema da intersetorialidade*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- AROUCA, S. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*. São Paulo; Rio de Janeiro: UNESP; Fiocruz, 2003.
- ASHTON, J. (Ed.). *Cidades sanas*. Espanha: Masson S. A., 1993. In: *Curso de extensão em promoção da saúde para gestores do SUS com enfoque no programa academia da saúde / organização Cristiane Scolari Gosch ... [et al.] ; autores Alex Branco Fraga ... [et al.]*. – Brasília: Ministério da Saúde, Secretariade Vigilância em Saúde: Fundação Universidade de Brasília, CEAD, 2013. 144 p.; 21 cm.

Bibliografia

- AUGUSTO, M. H. O. Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(2): 105-119, 2.sem 1989.
- BLANCO, Ismael y GOMÀ, Ricard (2003), “La crisis del modelo de gobierno tradicional: reflexiones en torno a la governance participativa y de proximidad” en *Gestión y Política Pública*, Vol XII N° 1.
- BENTO, Leonardo Valles. *Governança e governabilidade na reforma do Estado*. Barueri, SP, Manole: 2003.
- BOGASON; ZOLNER. *Methods in Democratic Network Governance*. Palgrave Schol, UK: 2007.
- BRASIL. *Decreto N° 6.286*, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa de Saúde na Escola. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm
- BRASIL, *II PND*, 1975, p. 54. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF

Bibliografia

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Curso de extensão em promoção da saúde para gestores do SUS com enfoque no programa academia da saúde / organização Cristiane Scolari Gosch ... [et al.] ; autores Alex Branco Fraga ... [et al.]*. – Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde: Fundação Universidade de Brasília, CEAD, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Portaria nº687 MS/GM, de 30 de março de 2006. Brasília: MS; 2006a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria – Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Plano Nacional de Saúde – *PNS: 2012-2015*.
- BRASIL. *Vigilância em saúde: ações inovadoras e resultados: gestão 2011-2014 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 204 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 13) http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volume13.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Ações transversais da vigilância em saúde: promoção, integração e análise: gestão 2007-2008 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009a. 200 p.: il. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_transversais_vigilancia_saude.pdf

Bibliografia

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. *Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 372 p. (Série G. Estatística e Informação em Saúde), 2011a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria de Apoio à Gestão em Vigilância em Saúde. *Manual de gestão da vigilância em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Diretoria de Apoio à Gestão em Vigilância em Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009b. 80 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestao_vigilancia_saude.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. *Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 160 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) 2011b
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Glossário temático: promoção da saúde / Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 48 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_promocao_saude_1ed.pdf
- BRONZO, Carla. *Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza*. XX Concurso del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública “¿Cómo enfrentar los desafíos de la transversalidad y de la intersectorialidad en la gestión pública?” Caracas, 2007
- BUSS, P. M. Globalização, pobreza e saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1575-1589, 2007.
- BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de Promoção da Saúde. In: *Promoção da Saúde: conceitos, práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 15-38, 2003.

Bibliografia

- BUSS, P. M. et al. *Promoción de la salud y la salud pública* – Una contribución para el debate entre las escuelas de salud pública de América Latina y el Caribe. Brasil, Rio de Janeiro: ENSP/FioCruz, jul. 2000 (mimeo).
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, Rio de Janeiro, n. 17, v. 1, p. 77-93, abr. 2007.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
- CALAME, P (Coord.). *Cadernos de proposições para o Século XXI: repensar a gestão de nossas sociedades: 10 princípios para a governança, do local ao global*. São Paulo: Polis, 2004
- CAMPOS, G. W. S.; BARROS, R. B; CASTRO, A. M. Avaliação de política nacional de promoção da saúde. *Ciência saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set. 2004.
- CARVALHO, A. I. Da Saúde Pública às Políticas Saudáveis – Saúde e Cidadania na Pós-modernidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, ABRASCO, v. 1, n. 1, p. 104-121, 1996.
- CARVALHO, S. R. *Saúde Coletiva e Promoção à Saúde: uma reflexão sobre os temas do sujeito e da mudança*. Tese. Campinas: UNICAMP, 2002 (mimeo).
- CARVALHO, S. R. *Saúde Coletiva e Promoção da Saúde: sujeito e mudança*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre promoção e prevenção. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da Saúde: conceitos, práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 39-53, 2003.
- DAMASIO, LEANDRO. *Desenvolvimento Institucional do INPEP: Conjuntura Crítica e Trajetória*. Dissertação. Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

Bibliografia

- FERES, J. C; MACERO, X. *Enfoques para la medición de la pobreza*. Breve revisión de la literatura. Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos 4. Santiago do Chile, Publicação das Nações Unidas, LC/L. 1479-P, 2001b.
- FIORENTINI, D. *Pesquisar Práticas Colaborativas ou Pesquisar colaborativamente?* In: Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- FLEURY, Sonia. Reforma Sanitária Brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2009, vol.14, n.3, pp. 743-752. ISSN 1678-4561.
- FLEURY S, OUVERNEY A. M. *Política de Saúde: Uma Política Social*. In: Giovanella L et al. Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. 2a. Ed. Editora Fiocruz; 2012.
- FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREY, Klaus. *Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e Políticas Públicas n. 21 p. 211-259. Jun/2000.
- GARCIA L.M.T.; MAIO I.G.; SANTOS T.I.; FOLHA C. B. C.; WATANABE H.W. *Saúde em Debate: Intersetorialidade na saúde no Brasil no início do século XXI: um retrato das experiências*. Rio de Janeiro, V.38, N. 103, P. 966-980, OUT-DEZ 2014.
- GOMIDE A. A.; PIRES R.R.: *Capacidades Estatais e Democracia – Arranjos Institucionais de Políticas Públicas*. Brasília, IPEA, 2014.

Bibliografia

- INOSOJA, R. M. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 32(12):35-48, 1998.
- INOSOJA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. *Cadernos Fundap*, São Paulo, n.22, 2001, p. 102-110.
- JOHN, Peter. *Analysing public policy: critical political studies*. London: Continuum, 1999.
- JUNQUEIRA, L.A.P. Descentralização e intersetorialidade na construção de um novo modelo de gestão. *Rev. Adm. Publica*, 1998. (no prelo no. 2)
- JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 34(6); 35-45, Nov/Dez. 2000.
- KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas,SP: Papirus, 2003
- LEAVELL, H.; CLARK, E. G. *Medicina Preventiva*. São Paulo: McGraw-Hill Inc., 1976. In: Curso de extensão em promoção da saúde para gestores do SUS com enfoque no programa academia da saúde / organização Cristiane Scolari Gosch ... [et al.] ; autores Alex Branco Fraga ... [et al.]. – Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde: Fundação Universidade de Brasília, CEAD, 2013. 144 p.; 21 cm.

Bibliografia

- LEVY, Pierre. *O que é o virtual*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa et al. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2007, vol.12, n.2, pp. 335-342.
- MAGALHÃES, R; BODSTEIN, R. *Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados*, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n3/21.pdf>
- MALTA, D.C. et al., Política Nacional de Promoção da Saúde, descrição da implementação do eixo atividade física e práticas corporais, 2006 a 2014. Ver. Bras. Ativ. Fis. Saúde p. 286-299. Disponível em <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/viewFile/3427/3280>
- MALTA, D.C.; CASTRO, A.M. A Política Nacional de Promoção da Saúde e a agenda da atividade física no contexto do SUS Epidemiologia e Serviços de Saúde, vol. 18, n.1. Brasília, 2009. Disponível em http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?pid=S1679-49742009000100008&script=sci_arttext&tlng=es
- MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000, p. 7-18.

Bibliografia

- MINAYO, M.C., Qualidade de Vida e Saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1) :7-18, 2000. Disponível em http://adm.online.unip.br/img_ead_dp/35428.PDF
- MONNERAT, G. L; SOUZA, R. G. de. *Política Social e intersetorialidade: consensos teóricos e desafios práticos*. IN: SER Social, Brasília, v.12, n 26. p. 200-220, jan/jun. 2009.
- MONNERAT, G.L; XX. *Da Seguridade Social à intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil*. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011.
- NAVARRO, N.. *A Intersetorialidade como Modelo de Gestão das Políticas de Combate à Pobreza no Brasil: O Caso do Programa Bolsa Família no Município de Guarulhos / Natalia Navarro dos Santos*. - 2011. 166 f.
- NETTO, G. F. *Conexões da saúde com a agenda da sustentabilidade Saúde em Debate*. Desenvolvimento e Sustentabilidade: desafios da Rio +20, Rio de Janeiro, v. 36, número especial, p. 20-22, jun. 2012.
- OPAS. *Desenvolvimento Sustentável e Saúde: tendências dos indicadores e desigualdades no Brasil*. Brasília, DF: OPAS, 2014. 30 p.: il. (Série Desenvolvimento Sustentável e Saúde, 1). ISBN: 978-85-7967-089-3